



Agora que o ano lectivo está a expirar, e a propósito dos resultados individuais adregados pelos alunos que vêm na avaliação sumativa final a tradução do respectivo percurso de aprendizagem correspondente ao hiato temporal que decorre de Setembro a Junho, debruçemo-nos, de forma reflexiva, sobre a índole meritocrática das chamadas notas dos discentes, com recurso à explanação da situação que se descreve de seguida.

Numa universidade do estado norte-americano do Texas – a Texas Tech University – um professor de economia reprovou uma turma inteira porque a tal foi “forçado” pelos próprios alunos e como demonstração prática da teoria errónea que eles próprios apregoavam de forma persistente nas aulas da cadeira: a turma em questão sustentava que só a teoria socialista caracterizada pela igualdade de oportunidades e de meios para todos os indivíduos seria susceptível de proporcionar um método mais igualitário de compensação, fazendo com que ninguém fosse pobre ou rico, antes vingaria o primado da igualdade social e da justiça de resultados, devendo tais princípios ser aplicados na própria turma. O docente aquiesceu às pretensões dos estudantes e propôs realizar ao longo do ano lectivo um ensaio socialista no âmbito da turma, usando, no capítulo dos “bens”, as notas das provas ou frequências em vez de dinheiro. Acordou-se que todas as notas seriam concedidas com base na média da turma, já que esta medida estatística de tendência central aplanava assimetrias e, como tal, os níveis atribuídos seriam “justos”: tal significava pois, numa situação normal de aprendizagem, que todos receberiam as mesmas notas e ninguém seria reprovado, já que o cálculo da média da turma impediria, por um lado, a obtenção de “Excelente” para todos os alunos, mas, em contrapartida e no extremo oposto, anularia também os níveis de “Mau”.

Ao serem apurados os resultados da turma na primeira frequência do ano lectivo, calculada que foi a respectiva média, todos receberam “Suficiente”. Aqueles que estudaram com afinco ficaram indignados, mas os colegas que não se esforçaram mostraram-se deveras contentes com os resultados. Quando a segunda prova foi implementada, os preguiçosos anteriores estudaram ainda menos, pois face à metodologia utilizada esperavam, de qualquer forma, tirar notas satisfatórias. Aqueles que, no decurso da primeira prestação, se tinham sacrificado e estudado bastante resolveram que também eles se deviam aproveitar do comboio da alegria

das notas: assim, agindo contra o que neles era peculiar no âmbito da organização e empenho no estudo, copiaram os hábitos dos preguiçosos. Como resultado, a segunda média do ano foi “Insuficiente” e... ninguém gostou.

Prosseguindo na mesma senda e realizado que foi o terceiro exame, a média geral foi um “Mau” para todos. A partir daí as classificações dos alunos não mais voltaram a alcandorar-se a patamares de relevo, mas as desavenças entre eles e a busca de “culpados” passaram a integrar o contexto das aulas daquela turma, com os alunos a clamarem por “justiça” nas suas reclamações pelos resultados atribuídos, tudo numa crescente atmosfera de inimizade e de sentido de injustiça que passou a grassar. Afinal, ninguém almejava mais estudar para beneficiar o resto da turma. Portanto, no final do ano, e para surpresa de todos, foi registada em pauta final uma reprovação colectiva.

O professor explicou que o ensaio de índole socialista tinha falhado porque foi consubstanciado no menor esforço possível por parte dos intervenientes, de que resultou apenas preguiça e mágoas, estando o mesmo sempre votado ao fracasso pelos pressupostos que, de forma errónea, os discentes tinham interiorizado para fazer face ao desafio: é que, quando a recompensa é elevada, o esforço pelo sucesso é grande, pelo menos para os mais aplicados, mas se se eliminam as recompensas tirando de uns para dar aos outros que não batalharam por elas, então o fracasso é inevitável.

Qual a “moral” da estória? Para além da subjugação actual dos docentes às médias pré-estabelecidas a obter nos resultados dos alunos e consignadas em documentos oficiais, forçando resultados “igualitários” – já que a cultura instalada é a da mediania generalizada, em detrimento da excelência dos melhores, diluídos no vórtice aplanador das médias – que, quantas vezes, estão longe de traduzir situações reais de aprendizagem efectiva, antes perpassando um manto diáfano sobre as estatísticas que interessa apresentar, poderá extrapolar-se também, numa perspectiva de cariz social, que não é possível conduzir o pobre à riqueza através de legislações penalizadoras da prosperidade dos ricos, tal como o prejuízo dos bons alunos dos factos acima relatados não redundou no lucro dos preguiçosos, antes originando a “debacle” total. Por cada indivíduo que recebe sem trabalhar, outra pessoa tem de trabalhar recebendo bem menos: o estado não pode dar a alguém aquilo que não tira de outro alguém e quando metade da população interioriza a ideia de que não precisa de trabalhar porque a outra metade irá sustentá-la, pode suceder que esta última, que ainda labuta, entenda que não vale mais a pena fazê-lo e isso poderá ser, tão somente, o começo do fim de uma nação.